

Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado

Dora Porto
Volnei Garrafa

Este trabalho apresenta os marcos teóricos da bioética de intervenção a partir de seu documento referencial – *Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice* – apresentado na sessão de abertura do Sexto Congresso Mundial de Bioética. A bioética de intervenção caracteriza-se por ser uma discussão aberta e plural, voltada à complexidade das relações de produção e inter-relações humanas nas sociedades contemporâneas. Para atingir tal objetivo, faz-se necessário romper os limites cartesianos que circunscrevem os saberes a campos específicos, gerando conhecimentos transdisciplinares capazes de responder dinamicamente às transformações da realidade; o que, basicamente, constitui o campo da ética aplicada.



Dora Porto

Antropóloga, técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, doutoranda do programa de pós-graduação em Ciências da Saúde e pesquisadora da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília (UnB)



Volnei Garrafa

Professor titular e coordenador da Cátedra Unesco de Bioética da UnB e presidente do Conselho Diretor da Rede Latino-Americana e do Caribe de Bioética da Unesco – Redbioética

Unitermos: bioética de intervenção, corporeidade, direitos humanos, saúde coletiva

Introdução

O acelerado processo de transformação da realidade que marcou o decorrer do século XX delineia um quadro indiscutivelmente alarmante. Sob a égide do “desenvolvimento”, a sociedade de mercado transforma o pacto social em um contrato de compra e venda, que oblitera os valores humanos, produzindo desigualdades econômicas e sociais entre indivíduos, grupos e segmentos no âmbito interno das nações, além de flagrante assimetria política entre elas.

Na dimensão das macrorrelações políticas, o poder que determina essa desigualdade relaciona-se diretamente à possibilidade de produzir tecnologia, condição que permite ditar as regras de mercado e se apropriar de grande parte da riqueza. No plano das relações interpessoais, a desigualdade se revela na possibilidade de consumir tecnologia, criando uma clivagem que hierarquiza indivíduos, grupos e segmentos a partir de sua capacidade de

adquirir os bens disponibilizados no mercado. E é justamente essa capacidade que estabelece a noção de pertencimento: quer na dimensão das relações entre Estados-nação quer no plano das relações entre subgrupos nesses Estados, o que determina o pacto social é a possibilidade de inserir-se no mercado como produtor ou consumidor de tecnologia.

A associação entre o saber e o poder, entre a técnica e a ideologia, não é novidade. É fato que a técnica vem sustentando o poder, religioso ou laico, ao longo da história. É ela que permite criar um cocar de penas para marcar uma posição política ou construir uma catedral para reafirmar o poder transcendente da autoridade religiosa. A técnica imprime no cosmo a marca da cultura, materializando a dimensão simbólica em artefatos que condicionam a forma e a dinâmica do cotidiano.

O que torna distinto qualquer processo relacionado à técnica daquilo que se experimenta atualmente nas sociedades industrializadas, que constroem seus modos de vida a partir da tecnologia, não decorre de uma mudança em seu atributo básico de elemento que concretiza a correlação saber/poder. Tal como qualquer técnica, a tecnologia hoje confere poder, define hierarquia e concede *status*. A principal diferença entre técnica e tecnologia está na escala: no aumento exponencial da capacidade produtiva que decorre das transformações advindas do modo de produção industrial, maximizada pela economia de mercado.

Na voragem de reproduzir-se, a economia de mercado carrega a tecnologia em seus tentácu-

los, despejando produtos similares em todos os rincões da Terra. Seu principal arauto é a cultura de massa que usa os meios de comunicação para alimentar o desejo, a necessidade e a vontade que movem o ser humano, estabelecendo um padrão universal de heterorregulação. Projetados na tela do consumo, os produtos da tecnologia são massificados numa ficção que promete o prazer a quem nela mergulha.

Possuir artefatos tecnológicos e poder desfrutá-los é um salvo-conduto em meio às atribulações da existência: é a promessa de anular a dor e alienar o sofrimento, adentrando uma realidade factual ou ficticiamente transformada. As capacidades de produzir bem-estar e conforto e transformar radicalmente o cotidiano, alterando inclusive o corpo e a relação tempo/espaço, concorrem para que a tecnologia seja considerada como o resultado necessariamente benéfico do “desenvolvimento” humano.

O mercado como referência do desenvolvimento biotecnológico

Ao infiltrar-se no imaginário pela transformação do cotidiano, a tecnologia se transmuta em ideologia. Com isso, o desejo se consome no consumo. Mas como o desejo do consumo é canalizado para o objeto, movido por sua forma e função, tal relação passa quase despercebida. Assim, a ideologia que emana do mercado insere-se de maneira sub-reptícia no cotidiano, como se a posse de um objeto não implicasse em carregar também a ideologia que o molda e sustenta.

Orientada por imperativos econômicos cuja lógica restringe-se a maximizar o lucro das

grandes corporações, a associação entre tecnologia e ideologia corrompe a força dos Estados-nação e avilta suas populações, impondo o ritmo e a intensidade da busca por “desenvolvimento” tecnológico. A dificuldade de se perceber a relação entre elas faz com que os riscos ambientais e sociais desse processo sejam facilmente esquecidos e as conseqüências do consumo desenfreado, olvidadas. Creditados à condição de problemas pontuais, que serão resolvidos pelo próximo desenvolvimento tecnológico, os danos sociais e ambientais vão se acumulando numa espiral cega e irreversível.

A idéia de desenvolvimento associada à tecnologia implica em valoração positiva, já que no imaginário das sociedades ocidentais tal conceito significa crescimento e aprimoramento. Essas qualidades fazem com que os artigos destinados ao mercado sejam inevitavelmente vistos como um “avanço”, mesmo nos casos em que se evidenciam conseqüências nefastas de sua produção, muitas vezes destinada apenas a responder à demanda fútil e insustentável do consumo.

As idéias de avanço e progresso associadas a tal “desenvolvimento” criam uma cortina de fumaça que impede que se veja e avalie com clareza o quanto a lógica de mercado vem comprometendo a vida biótica e antrópica, bem como o acesso das gerações futuras aos recursos naturais. A força que impregna a visão de mundo moldada por essa associação pode ser percebida na deslegitimação das vozes que ousam se opor a ela: aqueles que questionam os rumos da pesquisa tecnológica são tachados de “obscurantistas” e “fundamentalistas”; e os que apontam

seus efeitos deletérios nas dimensões social e ambiental, de “radicais” e “catastrofistas”.

Em muitos casos, porém, a impressão positiva associada à tecnologia revela-se como realidade empiricamente observável, especificamente naquelas circunstâncias em que seu uso é amplamente disseminado a todas as populações, não estando restrito aos ditames do mercado. Isso pode ser exemplificado pelo inegável impacto do controle das doenças transmissíveis por meio de vacinas desde a Segunda Guerra Mundial, que gerou significativa melhoria nos indicadores de morbimortalidade materna e infantil, bem como aumento da expectativa de vida em quase todos os países.

Alguns dos insumos produzidos naquele período tiveram seu custo extremamente reduzido porque na época em que foram desenvolvidos ainda era possível a seus descobridores abrir mão do ganho sobre a fabricação e venda do produto, como fez Albert Sabin com a vacina contra a poliomielite. Facilitar o acesso à vacina a todas as populações do mundo foi decisivo para que, atualmente, a doença esteja restrita a alguns poucos países da África, da região mediterrânea e da Ásia. Se o impacto dessa iniciativa de Sabin demonstrou inequivocamente que a tecnologia pode ser usada de forma benéfica, evidenciou também que seu efeito deletério decorre, principalmente, de sua associação espúria com a ideologia de mercado, que determina que a pesquisa e a produção se voltem unicamente a maximizar o lucro.

A possibilidade de adotar atitudes como a de Sabin rapidamente se desfez porque os labo-

ratórios tornaram-se detentores do direito às fórmulas e à exploração dos produtos, transformando insumos e medicamentos (destinados a promover, proteger e recuperar a saúde, proporcionando qualidade de vida) em uma mercadoria como outra qualquer, cuja produção e consumo não se baseiam nas necessidades das populações, sujeitando-se apenas aos imperativos do mercado.

Como a melhoria desses indicadores não ocorreu de forma linear, aumentando entre os países ricos que produzem e podem consumir insumos e medicamentos e declinando entre os mais pobres, muitos deles incapazes de produzir e impossibilitados de consumir aqueles produtos, fica evidente que o acesso à tecnologia para proteger e recuperar a saúde também se submete às relações de mercado. Some-se a tal evidência o fato de a indústria de medicamentos inserir-se entre as mais rentáveis, circunstância que sublinha a magnitude do poder dessas grandes corporações e de sua força para ditar as regras do jogo, condicionando ao lucro o acesso à tecnologia capaz de influenciar diretamente sobre a vida e a morte.

O fato de essa desigualdade ter-se acentuado ainda mais com a globalização da economia nas últimas décadas, razão pela qual alguns países mais pobres têm apresentado franco declínio em relação aos patamares de morbimortalidade e expectativa de vida já atingidos anteriormente, também demonstra que o problema não é inerente à tecnologia, mas ao uso perverso que dela se faz na economia de mercado. De fato, a globalização econômica aumentou exponencialmente a assimetria entre ricos e pobres,

concentrando cada vez mais a riqueza nas mãos de uma minoria que produz e pode consumir tecnologia e que, por isso, se encastela nos centros de poder, deixando à míngua a maioria dos povos da Terra, os periféricos, que perecem vitimizados pela exploração.

Diante desse quadro, é importante tecer uma breve análise das principais transformações nos modos de produção que marcaram inexoravelmente o curso da história: a Revolução do Neolítico, com a introdução da técnica agrícola, e a Revolução Industrial, que inaugurou a produção manufaturada em série. Em cada um desses períodos, o que se pôde verificar é que a acumulação de excedente, necessária à consolidação do processo produtivo, esteve relacionada à apropriação, direta ou indireta, do trabalho dos grupos socialmente mais vulneráveis.

No caso do Neolítico, o trabalho na esfera doméstica implicou na submissão das mulheres e na apropriação de sua força de trabalho para as atividades não remuneradas, voltadas à manutenção da moradia e ao cuidado com seus habitantes, situação que perdura em todo o mundo. Na Revolução Industrial, o processo de acumulação proporcionado pelo mercantilismo foi baseado na escravização – até o extermínio – das populações ameríndias e negras, circunstância que até hoje também se reflete na dinâmica social das sociedades americanas.

As transformações no modo de produção que agora vivemos com a mundialização da economia de mercado também decorrem de processo similar. Neste caso, a clara divisão do mundo em ricos e pobres, centrais e periféri-

cos, produtores de conhecimento e tecnologia ou meros consumidores, mostra, inequivocamente, quem são aqueles que devem pagar – com o suor e a vida – pela prosperidade insustentável ordenada pelos imperativos da sociedade de consumo.

Frente a isso não se pode deixar de perguntar, como fazem Berlinguer e Garrafa sobre “o mercado como valor absoluto”:

“Deve-se aceitar que tudo, incluindo nós mesmos, possa ser comprado ou obtido através do poder, exercitado de modo agressivo ou mesmo pela força da moeda? (...) Tudo pode se tornar propriedade privada do mais forte incluindo as espécies animais e vegetais, transformadas geneticamente, as espécies que nasceram da evolução natural, e que podem ser utilizadas com fins alimentares, industriais, terapêuticos, e a própria espécie humana?” (1).

A bioética de intervenção – razões e aplicações

Dúvidas como estas tornam clara a necessidade premente de desenvolver e consolidar uma perspectiva bioética que responda à realidade dos países periféricos no contexto mundial, configurando-se em instrumento eficaz para mediar os conflitos emergentes e, principalmente, os persistentes, que continuam marcando de maneira aviltante a maioria da sociedade nas referidas nações.

Nesse sentido, a Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília vem desenvolvendo, há vários anos, estudos e pesquisas para definir parâmetros éticos capazes de nortear a interpretação desta realidade e mediar seus con-

flitos. A bioética de intervenção pretende legitimar, no campo de estudo das moralidades e da aplicação dos valores éticos, uma perspectiva ampla, que envolva os aspectos sociais da produção das doenças, contribuindo para a construção de uma bioética crítica que possa ser aplicada nos países periféricos e, especialmente, no Brasil.

A bioética de intervenção preconiza como moralmente justificável, no campo público e coletivo, a priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas durante o maior espaço de tempo possível e que resulte nas melhores conseqüências; e no campo privado e individual, a busca de soluções viáveis e práticas para os conflitos localmente identificados, levando em consideração o contexto em que ocorrem e as contradições que os fomentam:

“Assim, essa nova proposta teórica busca uma aliança concreta com o lado historicamente mais frágil da sociedade, incluindo a re-análise de diferentes dilemas, entre os quais: autonomia versus justiça/equidade; benefícios individuais versus benefícios coletivos; individualismo versus solidariedade; omissão versus participação; mudanças superficiais e temporárias versus transformações concretas e permanentes” (2).

Um dos pontos centrais desta proposta refere-se à corporeidade como marco teórico e conceitual da bioética de intervenção, e o prazer e a dor como indicadores da necessidade dessa intervenção. O reconhecimento do corpo como parâmetro para a intervenção ética não se limita à dimensão fisiológica. Como assinala Hoofft:

“El punto de partida será la categorización del hombre como persona; en esta visión acorde con un personalismo ético, se reconoce en cada hombre un fin, un sujeto, un valor, una dignidad inalienable, en una perspectiva incompatible con una visión meramente utilitarista, materialista o biologista del hombre, que de hecho o de derecho lo reduzca a objeto, medio o instrumento al servicio de otros fines” (3).

O corpo, o prazer e a dor como marcos teóricos

Partindo dessa perspectiva, a bioética de intervenção defende a idéia de que o corpo é a materialização da pessoa, a totalidade somática na qual estão articuladas as dimensões física e psíquica que se manifestam de maneira integrada nas inter-relações sociais e nas relações com o ambiente. A escolha da corporeidade como marco das intervenções éticas se deve ao fato de o corpo físico ser inequivocamente a estrutura que sustém a vida social, em toda e qualquer sociedade. Não há outra concretude social: “Uma sociedade estará nos corpos de seus membros ou não residirá em parte alguma” (4).

A defesa do reconhecimento da concretude humana advogada pela bioética de intervenção pauta-se na idéia de que qualquer abordagem ou dimensão a partir da qual se analise o ser humano será calcada *a priori* sobre o corpo humano; sobre as interpretações que o senso comum e que cada área do conhecimento lhe atribuem. Como veículo da existência física, ele é o universal óbvio. Nesse sentido, vale recordar que isso se relaciona com o reconhecimento da

realidade física como determinante para qualquer elaboração sobre o real. Isto não implica, no entanto, que diferentes sociedades ou grupos, em momentos históricos distintos, concebiam as mesmas idéias a respeito do que seja o corpo, a dor e o prazer.

Mas, é justamente por que existem essas diferenças inter e intraculturais em relação aos marcadores somáticos do prazer e da dor que se pode perceber o que é fundamental à vida do indivíduo e da sociedade, pois tudo o que é essencial permanece comum entre sociedades e culturas. As necessidades relacionadas à sobrevivência dos indivíduos (e à manutenção de sua existência corpórea) são o substrato absoluto a partir do qual as culturas desenham suas diferenças. E se as diferenças culturais podem ser relativizadas, já que toda e qualquer cultura se transforma e altera ao longo do tempo, o absoluto essencial que caracteriza a existência mesma dos indivíduos que a compõem permanece estável. Relacionado às funções essenciais à existência, esse absoluto universal estabelece a linha demarcatória que torna indispensável a intervenção para garantir o necessário à vida de indivíduos, grupos, segmentos e populações.

Não bastasse o fato de o corpo ser a manifestação concreta do universal essencial à manutenção do indivíduo, da cultura e da sociedade, há ainda uma outra razão para explicar a adoção desse parâmetro. As sensações de dor e prazer, originadas na experiência corpórea da pessoa em suas inter-relações sociais e na relação com o ambiente, são marcadores somáticos auto-regulados que podem se tornar

indicadores para a intervenção à medida que refletem a satisfação das necessidades de sujeitos concretos. Como a necessidade é função da realidade, a adoção desses parâmetros permite estabelecer conexão entre estrutura e super-estrutura, possibilitando ver a relação entre a pessoa e o todo no qual se insere.

A satisfação dessas necessidades é mensurada em bases biológicas pela possibilidade dos indivíduos, em um determinado contexto social, experimentarem graus diferenciados de prazer ou dor em decorrência das condições sociais e econômicas a que estão submetidos. Assim, também por essa perspectiva, a auto-regulação inerente a esses marcadores somáticos permite sua generalização e aplicação transcultural, sem que com isso se esteja determinando um outro padrão de heterorregulação. Essa característica torna-se mais importante à medida que se considera o surgimento cada vez mais acentuado, e acelerado, de diferenças culturais entre os grupos humanos, as quais tendem a produzir obstáculos que dificultam o reconhecimento e a aceitação de patamares comuns em relação à qualidade de vida, indispensável a todos.

A importância de reconhecer as necessidades e expectativas dos seres humanos concretos, de ouvir os ecos do prazer e dor das pessoas, pode ser avaliada quando pensamos nos instrumentos de mensuração criados para medir as desigualdades entre as sociedades ou entre grupos humanos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo. Esses indicadores falam da pobreza a partir da condição econômica das pessoas, de sua expectativa de vida e grau de

conhecimento acumulado. Mas o que é essa pobreza conceitualmente abstrata, mensurada por uma média que a distribui uniformemente entre populações anônimas, senão a percepção subjetiva, reflexo da dor e do sofrimento provocados pela insuficiência de recursos a que são submetidas tantas pessoas em situação de empobrecimento?

Para além de tabelas e estatísticas, o conceito de pobreza refere-se à gente, a seres humanos concretos que experimentam e vivenciam em seu cotidiano a escassez dos meios indispensáveis a sua sobrevivência física e social. São pessoas privadas de sua potência, da condição estrutural básica para sonhar, conceber e poder realizar seus projetos de vida. Projeto de vida deve ser entendido como a inviolabilidade das condições que permitem às pessoas construir e realizar seu próprio destino (5). Torna-se claro, portanto, que a escolha por essa abordagem teórica deve-se ao fato de que esta é a dimensão da existência dos seres humanos materializados em seu cotidiano.

É necessário sublinhar que as categorias prazer e dor foram utilizadas para definir as polaridades que desenham o espectro das necessidades básicas da existência humana, dissociadas de uma perspectiva puramente hedonista que o uso comum agrega ao sentido estrito do termo prazer. Essa escolha foi baseada no estado da arte de diferentes áreas de estudo como a psicologia, psiquiatria, economia e filosofia:

“Esses trabalhos mostram que prazer e dor condicionam comportamento não apenas no plano das idéias, das noções morais que prescrevem a ação correta para um determinado

sistema de valores, mas, sobretudo, na prática concreta, nos corpos das pessoas, no saber e no fazer, na forma e no conteúdo, no pensar e no sentir” (6).

A possibilidade de provocar o prazer ou infligir a dor a outros é a base das relações de poder. Justificado em seu próprio exercício, o poder legitima-se com a recompensa e o castigo, que fundamentam a idéia de justiça. O medo, a força e a dor marcam as relações entre exploradores e explorados, legalizando o uso social do poder e condicionando o comportamento. “O pacto social, seja ele qual for, decorre do uso dos parâmetros sensoriais” (6).

As pesquisas que consubstanciam a bioética de intervenção vêm buscando tomar o prazer e a dor como indicadores para mensurar a qualidade de vida, levantando sua frequência em diferentes segmentos da população nos níveis social, relacional e corporal. Dessa forma, é possível avaliar a desigualdade social não apenas por parâmetros objetivos, que podem mensurar diferenças econômicas e sociais, mas também por critérios subjetivos, que indicam a correlação direta entre a percepção da pessoa e a realidade fenomenológica que a cerca.

Os direitos humanos como referenciais da bioética de intervenção

Quanto aos referenciais norteadores, a bioética de intervenção espelha-se na matriz dos direitos humanos contemporâneos, neles identificando o absoluto essencial ao qual fazem jus todas as pessoas. Argumentando pelo reconhecimento do direito coletivo à igualdade e pelo direito de

indivíduos, grupos e segmentos à equidade nas garantias legais e no acesso real aos direitos humanos, a bioética de intervenção incorpora o discurso da cidadania expandida, para a qual o referencial de legitimação e aceitação dos direitos não se restringe apenas às garantias asseguradas pelo Estado, mas estende-se à condição inalienável de pessoa, perpassando assim o conjunto das sociedades humanas.

Dessa forma, a intervenção deve ocorrer para preservar a todos os seres humanos os direitos de primeira geração, relacionados ao reconhecimento da condição de pessoa como o requisito único, universal e exclusivo para a titularidade de direitos. Os direitos individuais relacionam-se à sobrevivência física e social dos seres humanos.

Além destes, propõe como referencial teórico o reconhecimento dos direitos econômicos e sociais, de segunda geração, que se manifestam na dimensão material da existência. Os direitos coletivos dizem respeito à diferença entre o simples existir e o viver, relacionando as condições para a manutenção da existência à qualidade de vida.

Salientando a importância de garantir a positividade dos direitos específicos das “minorias”, alijadas do poder sobre si mesmas, tal como concebido em diferentes instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados a partir da década de 90, a bioética de intervenção propõe em seu escopo teórico o reconhecimento das garantias universais e indivisíveis para todos os grupos humanos, particularizando os segmentos historicamente vulneráveis pela

situação/condição de vida desfavorável na qual se encontram.

Também norteiam a bioética de intervenção os direitos difusos, de terceira geração, especialmente no que tange à relação com o ambiente e à preservação dos recursos naturais. De acordo com os tratados internacionais que indicam ser fundamental garantir a manutenção desses recursos às gerações futuras, essa proposta aponta para a necessidade de superar o paradigma antropocêntrico, evidenciando que a idéia positivista de desenvolvimento precisa ser rapidamente substituída pelo parâmetro da sustentabilidade.

Segundo essa visão que critica a sociedade de mercado e o uso que esta faz da tecnologia, os países atualmente descritos como desenvolvidos passam a ser identificados como insustentáveis e os demais, que buscam reproduzir acriticamente aquele mesmo patamar de consumo, passam a ser os que sustentam a insustentabilidade. A adoção de tal terminologia leva a que se reflita sobre o desenvolvimento de maneira diametralmente oposta, apontando o desperdício fomentado pela sociedade de mercado e pela cultura de massa.

No tocante a isso, é indispensável, ainda, assinalar que na dimensão ambiental reproduz-se o mesmo tipo de relação observada na perspectiva pessoal em relação à saúde e ao adoecimento. Da mesma forma que a saúde só é percebida com o surgimento da doença, a importância da preservação do ambiente só é avaliada pela escassez e pela falta dos recursos necessários à vida.

Nesse sentido, a incorporação dos direitos difusos relacionados ao ambiente nos referenciais teóricos da bioética de intervenção configura-se como imperativo categórico, que determina a reavaliação de prioridades e a redução do consumo ao necessário à vida de indivíduos, grupos, segmentos e populações em todas as sociedades humanas. Tal redução atinge a todos os Estados-nação, mas recai com maior intensidade sobre as sociedades e segmentos mais ricos e que mais consomem e desperdiçam.

O parâmetro que define o necessário e demarca o ponto de intervenção para eliminar o desperdício delinea-se sobre o mesmo absoluto universal relacionado às funções essenciais à existência. A linha demarcatória que define o essencial aponta tanto o que deve ser garantido para suprir as necessidades do empobrecimento quanto o que deve ser suprimido para eliminar o supérfluo da superabundância para indivíduos, grupos, segmentos e populações submetidos a tais condições. Assim, aumentando o insuficiente e diminuindo o excedente, se completa o ciclo da equidade, garantindo a sustentabilidade social e ambiental e a vida de todos. Isso é, pura e simplesmente, justiça.

Portanto, os referenciais da bioética de intervenção estão embasados nos diversos tratados internacionais de direitos humanos, e a proposta de intervenção parte do reconhecimento desses documentos como expressão consensual da moralidade coletiva na dimensão mundial (7). Em virtude disso, advoga que em todos os níveis deverá ser exigido o respeito absoluto às garantias fundamentais e inalienáveis da pessoa humana, para todos os seres humanos.

O âmbito de atuação da bioética de intervenção

Em relação ao âmbito de atuação, a principal diferença da abordagem da bioética de intervenção está no fato de esta não se esgotar na possibilidade de intervenção nos conflitos da área biomédica, nas relações entre profissionais e usuários dos serviços e do sistema de saúde ou na interface entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.

Buscando somar esforços aos importantes avanços até aqui produzidos na discussão ética sobre o reflexo da desigualdade social nas práticas e serviços de saúde, a bioética de intervenção delinea-se a partir do reconhecimento da idéia de saúde como qualidade de vida, expandindo-se em direção ao reconhecimento do contexto social como campo legítimo de estudo e intervenção bioéticos, tal como aponta a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, firmada pelos países membros da Organização das Nações Unidas no âmbito da Unesco, em 2005.

Consoante à perspectiva epidemiológica, a bioética de intervenção considera que a doença é socialmente produzida, decorrendo das circunstâncias históricas e culturais que condicionam a vida social, as relações de produção e as ambientais. Assim, esta linha de estudo e investigação vem sendo pensada como um instrumento que permite ir além das implicações nas pesquisas e relações entre profissionais e usuários dos serviços de saúde, rompendo com o modelo hegemônico (8).

O paradigma biomédico vigente, marcado pela visão fortemente hospitalocêntrica, reduz as possibilidades de intervenção ao reconhecimento e atenção específicas à doença. Restringir o campo de ação da bioética apenas a esse âmbito pode induzir à reprodução de uma visão acrítica da relação entre saúde e adoecimento, uma perspectiva que recorta o corpo biológico do ambiente que o envolve, fragmentando a realidade social.

Limitar definitivamente as possibilidades de intervenção da bioética a esse âmbito implica incorrer num reducionismo que apenas reforça a condição de dependência em relação aos países centrais e suas tecnologias. Dadas as gritantes desigualdades entre os países centrais e periféricos nas condições de acesso aos bens e serviços que caracterizam a qualidade de vida, circunscrever a discussão ética sobre as formas de vida e as razões da morte apenas às relações estabelecidas no âmbito da prática clínica ou da pesquisa de medicamentos revela-se não apenas um eufemismo moral, mas uma cegueira ética.

Considerações finais

Vivemos num mundo onde os dramas ecológicos e sociais impregnam o cotidiano com uma dor tão funda que se acaba por desejar ardentemente qualquer lenitivo que traga o esquecimento. No entanto, ricos ou pobres optamos coletivamente pela saída fácil, a solução mágica que nos condena à eterna dependência. Nossos corpos e mentes são adestrados desde a mais tenra infância para a exploração. Nossas vozes são caladas, nossos instintos domados e nossa fome de justiça apaziguada e adormecida. Nossa

sociedade queda perplexa frente à força fragmentadora da ideologia do mercado. O individualismo exacerbado que dela emana nos torna incapazes de reconhecer e dignificar o outro, de agir no coletivo e lutar pelo bem comum. Nos condena a desconhecer as necessidades dos seres humanos que estão a nossa volta.

Descobrimo-nos portadores de doenças e buscamos resolvê-las individualmente, tentando ignorar que na maioria das vezes são frutos de um cotidiano opressor, ditado por uma engrenagem cega que não coloca o ser humano como fim em si mesmo, mas como meio exclusivo para a obtenção de lucro. Nossa cegueira, no entanto, não nos exime da responsabilidade. Devemos reconhecer que nossas escolhas cotidianas refletem uma opção ideológica voltada apenas a reproduzir o *status quo*.

Para romper as amarras que nos sujeitam a essa dependência é essencial adotar padrões éticos que coloquem o bem-estar do ser humano como um fim. Que promovam a distribuição da riqueza, a emancipação pessoal e a libertação da consciência. Essa é a principal tarefa para a ação cidadã, nas dimensões indi-

vidual e coletiva. Esse é o cerne da bioética de intervenção.

A segurança de acesso aos serviços que caracterizam a qualidade de vida, como saúde e educação, são algumas das bandeiras que podem marcar a conquista de posições nesse campo de poder. Cada batalha precisa ser empreendida com a consciência de que precisamos ser políticos no sentido mais *lato* do termo. Com a convicção de que ser “apolítico” constitui, desde o princípio, um posicionamento tão politizado como outro qualquer (9).

A desigualdade que marca as relações entre os países centrais e periféricos e entre os segmentos ricos e pobres de suas populações faz da existência um prazer para poucos, revelando-se sofrimento para milhões de pessoas. A obscuridade de tal prognóstico só poderá ser suplantada quando os Estados-nações agirem de maneira resoluto, intervindo em benefício concreto de suas populações. E quando estas, acordando do sono narcotizante patrocinado pela unilateralidade da sociedade de consumo, se emanciparem da opressão e tomarem nas mãos a defesa de suas próprias vidas e do futuro do planeta.

RESUMEN

Bioética de intervención: consideraciones sobre la economía de mercado

Este trabajo presenta los marcos teóricos de la bioética de intervención a partir de su documento referencial - Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice - presentado en la sesión de apertura del Sexto Congreso Mundial de Bioética. La bioética de intervención se caracteriza por ser una discusión abierta y plural, dirigida a la complejidad de las relaciones de producción e interrelaciones humanas en las sociedades contemporáneas. Para alcanzar

dicho objetivo, se hace necesario romper los límites cartesianos que circunscriben los saberes a campos específicos, generando conocimientos transdisciplinarios, capaces de responder dinámicamente a las transformaciones de la realidad; lo que básicamente constituye el campo de la ética aplicada.

Unitérminos: bioética de intervención, corporeidad, derechos humanos, salud colectiva

ABSTRACT

Intervention bioethics: considerations on market economy

This paper presents the theoretical milestones of intervention bioethics from its referential document - *Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice* - introduced in the opening session of the Sixth World Congress of Bioethics. Intervention bioethics is characterized as an open, global discussion aimed to the complexity of production relations and human interrelations in modern societies. For achieving such goal, it is necessary to break the Cartesian limits that bind knowledge to specific fields, thus generating transdisciplinary knowledge capable of responding dynamically to the transformations of reality, which constitutes in essence the field of applied ethics.

Uniterms: intervention bioethics, corporeity, human rights, collective health

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Berlinguer G, Garrafa V. O mercado humano: estudo bioético da compra e venda de partes do corpo. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 2002: 249-50.
2. Garrafa V, Porto D. Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics* 2003;17:399-416.
3. Hooft PF. Bioética y derechos humanos: temas y casos. Buenos Aires: De Palma, 1999: 314.
4. Rodrigues JC. O corpo na história. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2001: 177.
5. Trindade AAC. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003. v.3.
6. Garrafa V, Porto D. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: Garrafa V, Pessini L, organizadores. *Bioética, poder e injustiça*. São Paulo. Loyola, 2003: 35-44.
7. Porto D, Tapajós A. Gênero, raça e bioética de intervenção. In: *Anais do Quinto Congresso Brasileiro de Bioética 2004 maio 13-15; Recife*. Recife: Sociedade Brasileira de Bioética, 2004: 26.
8. Garrafa V. O processo saúde-doença. *Humanidades* 1990;7(1):68-75.

9. Sotolongo PL. Es una bioética separada de la política menos ideologizada que una bioética politizada? Revista Brasileira de Bioética 2005;1(2):133-44.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Dora de Oliveira e Silva Porto
SQS 407, Bloco M, Aptº 303
Brasília/DF
CEP 70256-130
e-mail: doraporto@gmail.com